

Mineiros de baixa renda não conseguem crédito para produção

(Paola Carvalho e Marinella Castro)

Os microempresários mineiros estão concentrados nas classes A, B e C (com renda familiar entre R\$ 1.115 e R\$ 4,8 mil por mês). Aos pequenos empreendedores de baixa renda, que recebem até R\$ 760, resta o trabalho informal, conhecido como “bico”. O microcrédito – linha de financiamento para produção com juros inferiores a 2% ao mês – só avançou em estados do Nordeste, onde os empréstimos são concedidos por bancos públicos. Em Minas, como em outros estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, o empréstimo ao pobre é concedido pelas financeiras, com juros que podem ultrapassar 100% ao ano, o que inviabilizaria o início de qualquer pequeno negócio. Os dados fazem parte do estudo Pagando a promessa do microcrédito, apresentado quinta-feira pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

Enquanto em Minas Gerais e São Paulo o percentual de microempreendedores na classe E é de apenas 7,5%, e 4,62%, respectivamente, o Piauí – estado mais pobre do país – está em primeiro lugar no ranking dos pequenos negócios. No topo da lista estão comerciantes e prestadores de serviços, que correspondem a 39,25% do total de microempreendedores do estado nordestino. “Acreditamos que, a partir de agora, o microcrédito terá potencial para decolar no país. O programa mostrou que pode incrementar o lucro do microempreendedor. E a taxa de inadimplência é muito baixa”, diz o pesquisador Marcelo Neri, responsável pelo estudo. Segundo a pesquisa, quando tem acesso ao microcrédito, a lucratividade média dos negócios cresce 42%, enquanto o lucro médio das instituições financeiras é de R\$ 50 por cliente, acompanhada de uma taxa de inadimplência de 1,13%.

Hoje o programa nacional de microcrédito está restrito a 700 mil clientes, sendo que a carteira do Banco do Nordeste é responsável por dois terços do volume movimentado, cerca de R\$ 550 milhões, aproximadamente um décimo do R\$ 1,2 trilhão que corresponde ao volume total de crédito movimentado no Brasil. A crise financeira mundial atingiu mais fortemente o microempreendedorismo nas cidades mais ricas. De maio de 2008 a maio deste ano, a atividade em São Paulo encolheu 3,62%. Em Belo Horizonte, a expansão foi próxima a 2%. Já Salvador foi uma das capitais que mais resistiu, crescendo 7,5%, a despeito da turbulência internacional. “O microcrédito está voltando ao nível pré-crise e a disponibilização dele está entre as prioridades dos grandes bancos varejistas”, afirmou o assessor técnico da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Ademir Vian.

Como explica Marcelo Neri, o Piauí é o estado mais empreendedor do Brasil. Campeão nacional da modalidade, o Piauí tem 18,3% do total de negócios nas mãos de pequenos empresários de baixa renda, sendo um exemplo a ser seguido. O estudo da FGV mostra que o programa cresce à medida que os brasileiros de classes sociais mais baixas começam a frequentar os bancos, ou são visitados por seus agentes financeiros.

Em Minas Gerais, 74,3% dos microempreendedores estão concentrados nas classes A, B e C. Apenas 7,5% estão na classe E. Na capital, o número cai para 4,2%. “A classe pobre ainda não tem o próprio negócio, ainda é pouco desenvolvida”, comenta Neri. Habilidade e espírito empreendedor sobram para a salgadeira Dejanira Dias, moradora no aglomerado Taquaril, Região Leste de Belo Horizonte. O que falta para que ela saia da informalidade e se transforme em uma empresária do setor de alimentos é justamente o crédito. Com renda familiar de um salário mínimo ao mês, Dejanira, como é conhecida na vizinhança, não pode atender todas as encomendas. “Ganhei um forno, mas precisaria ter uma batedeira de bolos e um freezer. Trabalhando sozinha, não consigo produzir grandes quantidades de uma só vez”, comenta. Dejanira nunca ouviu falar sobre o programa de microcrédito: “Não posso pegar dinheiro em banco porque não tenho comprovação de renda. Até para fazer crediário é difícil”, constata.

Esse é um outro gargalo solucionado pelo programa Crediamigo, que atua no Nordeste, no Norte de Minas, parte do Espírito Santo e, desde quinta-feira, na Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. A análise do crédito não é financeira, mas baseada em uma ficha de bom pagador. O aval é também solidário, feito em grupos, nos quais os microempresários avalizam uns aos outros.